

# Índios guaranis ameaçados de extinção

Hilda Prado Araújo, da nossa equipe de reportagem

No Estado de São Paulo há apenas 600 índios guaranis, que vivem em aldeias livres, pois não aceitam a tutela da Funai. Segundo alguns pesquisadores, eles podem representar a penúltima geração indígena, porque estão sofrendo de desnutrição, tuberculose, infecção respiratória entre outras doenças marcadamente sócio-econômicas. Para sobreviver, eles precisam principalmente de terras para cultivar, caçar e pescar. Entretanto, esses 600 índios, distribuídos por oito aldeias, enfrentam uma luta antiga: a posse da terra, tão cobiçada pelo branco.

## Aldeia isolada no Litoral

Uma das aldeias guaranis fica em Ubatuba, litoral Norte do Estado de São Paulo, a cerca de 35 km da sede do município, e próxima à rodovia Rio-Santos. Lá vivem 18 famílias — duas que no momento estão ausentes — isoladas num vale da serra do Mar. O acesso para a Aldeia é difícil: a estrada de terra não oferece qualquer segurança e só veículos utilitários podem subir. A entrada é por uma trilha na floresta.

Estreita — comporta apenas uma pessoa de cada vez — ela vai contornando o morro. Por todo o caminho a paisagem é das mais belas: vegetação espessa, riacho, cachoeiras compõem um cenário repousante. A trilha termina às margens do riacho, no vale, onde se pode ver a terra cultivada e as palhoças espalhadas pelo campo, guardadas por cães magros e barulhentos.

Para atravessar o riacho, apenas um tronco caído. O caminho para as palhoças é pelo meio da plantação de milho e mandioca. Os casebres são todos iguais: de pau-a-pique (paredes feitas de vergas entrecruzadas e barro, cobertas de palha) e têm apenas um cômodo de aproximadamente 10 metros quadrados, onde a família ocupante dorme, come e trabalha. O mobiliário é simples. Bancos rústicos e mesa. Não há janelas, só duas portas por onde entra a iluminação.

O líder da aldeia Boa Vista é o capitão Altino, que tem 38 anos, nasceu em Itanhaém e há 10 anos se transferiu para a aldeia de Ubatuba. Ele é casado com D. Santa e tem cinco fi-

lhos: Roberto, de 13 anos, Marcos, de 14; Cláudio, de 10; Marina, de 6 e Marlene, com 4 anos. Embora seja o cacique, não tem nenhum privilégio. Sua palhoça é exatamente igual às outras.

Altino recebe os visitantes polidamente, mas é reticente e fala apenas o indispensável para responder às perguntas que lhe fazem. Só no final da entrevista falou espontaneamente e assim mesmo para pedir roupa e comida para seu povo. E bastava olhar em torno para ver que não se trata de um pedido excepcional: apesar da lavoura lá fora, as crianças são magras e as roupas estão muito usadas.

“Nós vivemos do que plantamos: mandioca, milho, batata doce, banana”, explica o capitão Altino. A renda vem da venda do artesanato e do palmito que dá na região. E muito pouco dinheiro. Todos fazem artesanato: D. Santa, Altino, as crianças. São colares que custam no máximo Cr\$ 5.000 nas feiras de Ubatuba; tos e instrumentos musicais.

A verdade é que capitão Altino tem três grandes problemas: a saúde do pessoal que é precária; a demarcação das terras e a falta de um professor para as crianças.

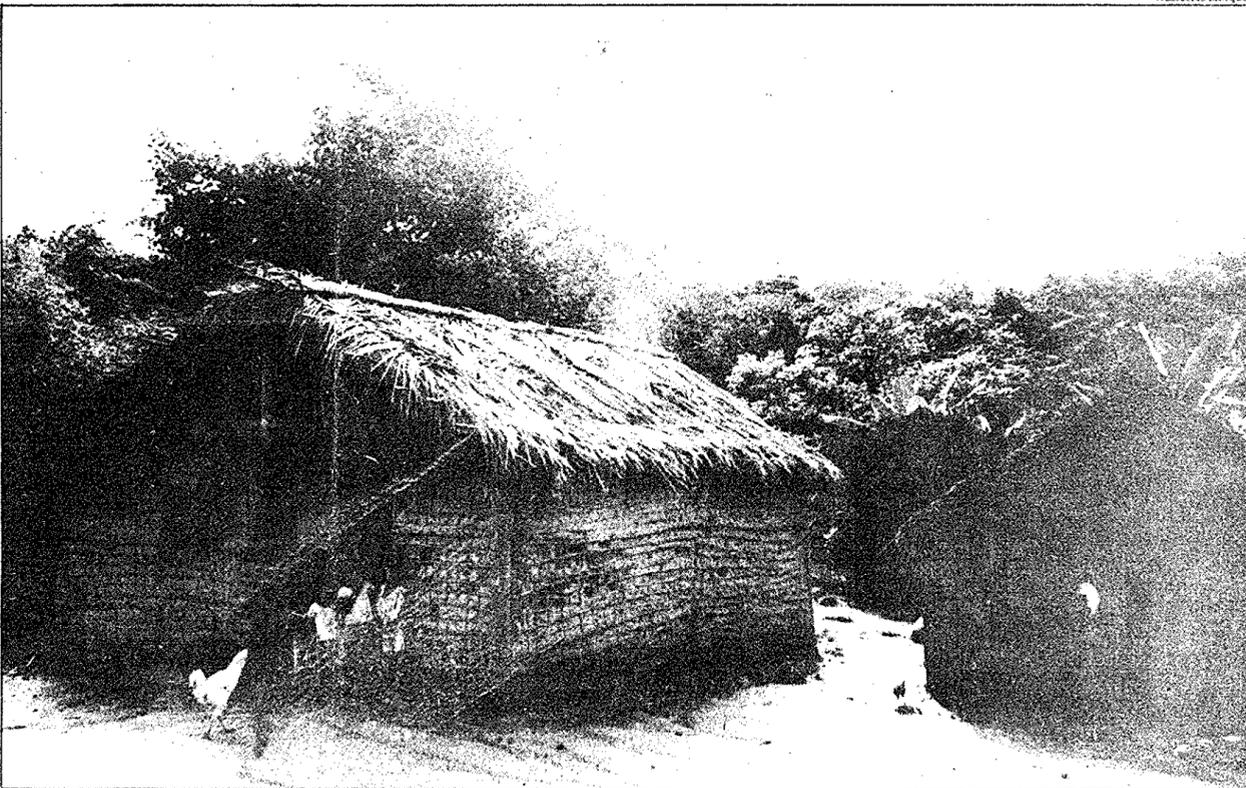
### O QUE CONSEGUIRAM

“Há um médico que vem na aldeia tratar dos doentes e temos um advogado da Sudelpa também que está trabalhando para nós no caso da demarcação das terras. A terra é muito importante para nós e até hoje não foi feita demarcação. Existem dois posseiros aqui em Boa Vista. Vivemos sem conflitos com eles.”

A aldeia de Boa Vista tem 250 alqueires.

O terceiro problema das famílias guaranis é a falta de escola. Segundo o capitão Altino, houve uma época em que havia no local uma professora, mas depois de algum tempo ela deixou de dar aulas. E por isso eles estão pensando em pedir ajuda a um índio que tem mais estudo: “Geraldo estudou e pode dar aulas para as crianças.”

Uma preocupação do cacique é a comida para a sobrevivência. Além do milho, da mandioca, ele está pensando seriamente em desenvolver a plantação de banana, que não é difícil de manter e dá com facilidade naquela região. Uma curiosidade é que o índio não vende nada do que planta, pois usa exclusivamente para sua sobrevivência. O caso do palmito é típico: vende porque encontra em abundância nas proximidades da aldeia. Eles também não comem verduras — alface, couve, agrião. “Comida de bicho” — dizem.



Na aldeia, os casebres são todos iguais: de pau-a-pique, cobertos de palha e de apenas um cômodo

## Assistência a uma população sofrida e esquecida

Há muita coisa que o capitão Altino não conta. Por exemplo: que a médica da Superintendência do Desenvolvimento do Litoral Paulista encontrou dois casos de tuberculose na aldeia de Boa Vista: uma criança e um adulto. A Sudelpa vem desenvolvendo um trabalho intenso junto às tribos guaranis: das oito existentes, quatro já foram visitadas e o trabalho se encontra em fase mais adiantada, exatamente em Boa Vista.

Os próprios índios solicitaram médico. “Há doenças características de brancos e para essas, eles querem médicos brancos, porque reconhecem que a sua medicina não consegue debelá-las — conta a médica Nedja Passos, da equipe da Sudelpa. E apesar dos tratamentos que eu prescrevo, eles continuam usando suas rezas e ervas.”

Nadja Passos conta que o quadro que encontrou na aldeia é típico de populações pobres: “descobrimos que eles sofrem de verminose, doenças de pele por infecção secundária, infecção respiratória recorrente, tuberculose, todas doenças compatíveis com um povo que não come bem. E o que chamamos de doença de fome, doenças sociais.”

Em Boa Vista, a equipe médica da Sudelpa encontrou uma mulher e uma criança com tuberculose. Diagnóstico da doença, a mulher começou a ser tratada na aldeia, mesmo porque

hoje não se usa mais a internação e a sua recuperação está ocorrendo satisfatoriamente, segundo Nadja Passos. A criança, entretanto, precisou ser removida para um hospital de São Paulo porque encontrava-se bastante desnutrida. A criança não era da aldeia de Ubatuba, estava apenas de passagem.

Setenta e nove por cento do pessoal da aldeia passou pelo teste de tuberculose, 43 pessoas foram vacinadas (a aldeia tem cerca de 70 pessoas) e as demais ou se recusaram por medo ou estavam ausentes no momento. O teste é simples — explica Nadja — coloca-se o vírus da tuberculose e espera-se 72 horas para ver a reação. Se a pessoa já teve contato com o bacilo, reage positivamente; se não teve contato, reage de forma negativa. Se está doente a reação é exacerbada.

Para realizar esse trabalho, a Sudelpa conta com apoio do Centro de Saúde de Ubatuba e do Distrito Sanitário de São Sebastião. E já estão sendo realizados contatos com a Santa Casa de Ubatuba para viabilizar o atendimento, quando for necessário. “É importante que o pessoal reconheça a existência do índio, dê uma atenção específica a ele, porque sentimos que há marginalização constante por parte da comunidade não só local, mas nacional”, afirma Nadja.

“O problema — ressalta — ele — é que as condições de vida naquela al-

deia são muito precárias, a começar pela habitação, mal iluminada, pequena e pouco arejada. A alimentação é má. Milho, mandioca, feijão, batata-doce, que fornecem as 2 mil calorias, o mínimo indispensável para viver. A caça e a pesca também fazem parte da cultura indígena e são as únicas fontes de alimentação com valor protéico, mas hoje são escassas — o caso de Ubatuba — e contaminadas — caso da aldeia de Crucutu, à beira da Billings.”

E Nadja diz que os guaranis da Boa Vista não pescam no mar, preferem os rios próximos da aldeia. “Tudo isso está estreitamente ligado ao problema da terra. Sem a posse, eles não têm estímulo para plantar mais, pois há sempre a ameaça do desalojamento. Além disso, nós não queremos impor nada ao índio, respeitamos a cultura deles e isso exige um trabalho a longo prazo, sem datas para ser concluído.”

### OS PLANOS

A Sudelpa elaborou um programa de saúde cujo prazo de retorno é indefinível, mas que prevê três fases: a primeira em andamento é a prestação de assistência médica, a vacinação e um levantamento do estado de saúde da população. Na segunda fase, será feito um plano de ação para investigação do controle de tuberculose, verminose, desnutrição e assistência

materno-infantil. Na terceira fase, o programa prevê educação sanitária, melhoria de condições de saneamento e saúde.

“As doenças que hoje são encontradas nas aldeias têm características sócio-econômicas e só se resolvem quando tiver em boas condições de sobrevivência, informa Nadja. E isso nos motivou a propôs a melhoria da agricultura.”

O pessoal da Sudelpa já tem estocadas sementes de feijão, que serão entregues em março aos índios, época do plantio. Há planos para se levar umas cabras para que as crianças tenham leite. Entretanto, isso ainda será estudado, pois é possível que eles, até comam o animal, pois não faz parte dos costumes. A criação de galinhas também é problemática: a região é infestada de morcegos e os galinheiros precisam ser fechados, para evitar o ataque às aves.

“Nós precisamos acabar com os preconceitos que existem em relação aos índios. Eles não são vagabundos. Meu primeiro contato com os índios — comenta um funcionário — foi para levar sementes e fui aprendendo a conhecê-los melhor. Um dos primeiros pedidos que fizeram foi de ferramentas, que infelizmente a Sudelpa não fornece, mas conseguimos arranjar. Se tivessem tranquilidade com relação à terra, empenhariam-se muito mais.”



Altino, líder sem privilégios

O acesso para a aldeia — a 35 quilômetros da sede de Ubatuba — tem início em uma trilha na floresta (foto abaixo). Lá, três grandes problemas: a saúde precária dos índios, a falta de um professor e o conflito com os posseiros



No artesanato, aumento da renda familiar



As crianças são magras, desnutridas



D. Santa trabalha para o sustento dos filhos

## Convênio entre Sudelpa e Funai para a demarcação

No ano passado, os caciques guaranis, representantes das oito aldeias livres, foram conversar com o Governador Montoro sobre o problema das terras e encontraram todo apoio possível. Como a Sudelpa não pode realizar as demarcações, que são da alçada da Funai — Fundação Nacional do Índio —, ficou decidido que a situação mereceria um estudo cuidadoso.

Como consequência, houve um entendimento entre Sudelpa e Funai, que resultou na realização de um convênio através do qual a Sudelpa realizaria as demarcações para a Funai. A minuta do contrato já está pronta desde o ano passado, porém, na Superintendência todos acreditam

que a assinatura só acontecerá depois da posse do novo presidente da República, quando assumirá uma nova direção na Fundação.

Enquanto isso não se concretiza, a Sudelpa dá assessoria jurídica aos índios para que eles não sejam expulsos da terra até a demarcação definitiva.

Quase todas as terras indígenas têm uma situação jurídica confusa e são cerca de 1.359,6 alqueires em todo o Estado de São Paulo, distribuídos da seguinte forma: aldeia de Barragem, 7,6 alqueires, onde vivem 33 famílias; Crucutu (São Paulo), 5 alqueires com duas famílias; Itariri, 400 alqueires e oito famílias; Jaraguá, uma família vivendo

em um alqueire; M'Boi Mirim, 3 alqueires e 4 famílias; Rio Branco (Itanhaém), 350 alqueires em que vivem doze famílias e no Silveira (São Sebastião) há nove famílias ocupando 343 alqueires.

No caso de São Sebastião, por exemplo, o Juiz concedeu uma liminar aos índios permitindo que eles permaneçam nas terras até o julgamento. O juiz nomeou também um perito para estudar a situação real do índio e definir o espaço que ele necessita para viver. Desse trabalho consta se eles mantêm todas as características de nação, se o idioma permanece intocado, e se conservam as tradições.

O grande problema, segundo funcionários da Sudelpa —

é que as pessoas não conhecem os costumes indígenas e julgam a situação por padrões de civilização. Assim, acham que os índios estão reivindicando terra demais, quando eles não precisam apenas de terra para cultivar, mas de áreas onde nasçam as ervas que usam em medicina. Os animais que eles caçam também precisam de uma determinada área para se movimentar e procriar, sem risco de extinção. Tudo isso tem que ser levado em consideração.

“No dia em que o problema de demarcação das áreas estiver resolvido eles poderão viver melhor, desenvolver a agricultura, caçar e pescar, melhorando principalmente as condições de saúde.”